

Tumulto, e a emenda do DF será arquivada

ESTADO DE S. PAULO 13 NOV. 1981

elucos

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

Terminou sob tumulto a sessão noturna de ontem do Congresso Nacional, destinada a votar duas propostas de emenda constitucional visando a proporcionar representação parlamentar ao Distrito Federal. Segunda-feira, encerrado o prazo para a sua tramitação, as duas propostas irão para o arquivo.

A sessão foi tumultuada desde o início, quando se evidenciou a falta de número, pela ausência maciça da bancada governista e de boa parte dos oposicionistas.

O senador Jorge Kalume (PDS-AC), na presidência da Sessão, por várias vezes teve de acionar a campainha, ameaçando encerrar os trabalhos, devido a aplausos e manifestações das galerias, que tinham no entanto menos da metade de suas 1.200 cadeiras ocupadas. Muitos jovens, a certa altura, exibiram faixas e começaram a gritar: "o povo unido jamais será vencido".

Quando a chamada nominal dos deputados estava mais ou menos na metade, Kalume, diante da agitação das galerias, anunciou estar suspensa a sessão. Em seguida, reabriu-a, mas não permitiu que parlamentares oposicionistas levantassem questões de ordem, desligou os microfones, e insistiu em

que a chamada prosseguisse. Mas a intervenção das galerias cresceu, com populares fazendo verdadeiros comícios e dirigindo ofensas generalizadas aos parlamentares. Em dado momento, passaram a responder "sim" em coro, diante de cada nome de deputado chamado a votar. Kalume novamente suspendeu a sessão por 20 minutos. Gale-rias e plenário esvaziaram-se.

Reaberta a sessão, o líder da oposição, Odacir Klein, protestou contra o tumulto, contra o fato de o presidente da sessão não ter permitido que deputados levantassem questões de ordem e, considerando não mais haver condição de participação na sessão, anunciou a retirada de sua bancada. Em seguida, Kalume encerrou os trabalhos.

LEI FALCÃO

O deputado Tarcísio Delgado (PMDB-MG) apresentou ontem projeto de lei revogando a Lei Falcão e estabelecendo que, nas eleições gerais, as emissoras de rádio e televisão de qualquer potência, particulares ou estatais, reservarão três horas diárias para a propaganda eleitoral gratuita durante os 60 dias que antecederem às eleições. Para o parlamentar, o acesso gratuito dos candidatos ao rádio e à televisão é o único meio eficaz de evitar o abuso do poder econômico na campanha eleitoral.